

GRUPO I

CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL

TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

1. A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:

I - assegura a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;

II - garante que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, assegurando ainda aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

III - estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal contraditória e ainda que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- (a) () apenas a de número I está correta;
- (b) () todas estão corretas;
- (c) () as de números II e III estão corretas;
- (d) () somente as de números I e II estão corretas.

2. SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

I - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

II - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

III - nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- (a) () somente as de números I e II estão corretas;
- (b) () estão corretas as de números II e III;
- (c) () apenas a de número III está correta;
- (d) () todas estão corretas.

3. O DIREITO DE PROPRIEDADE:

(a) () é garantido pela Constituição, devendo a propriedade urbana ou rural atender a sua função social, definida esta igualmente para ambas;

(b) () é assegurado pela Constituição, devendo a propriedade atender a sua função social, e podendo a lei estabelecer o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, em qualquer hipótese;

(c) () é garantido pela Constituição, podendo a autoridade competente, no caso de iminente perigo público, usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

(d) () é assegurado pela Constituição, ressalvadas as hipóteses de usucapião urbano ou rural de qualquer imóvel, desde que o possuidor seja proprietário de outro imóvel de área menor do que o invadido.

4. A UNIÃO FEDERAL:

I - pode autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa, mediante lei complementar;

II - tem competência exclusiva para legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho, sendo inconstitucional lei estadual relativa a estes ramos do direito, em qualquer hipótese;

GRUPO I

III - tem competência concorrente com os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, cabendo aos Estados exercer a competência legislativa plena se inexistir lei federal sobre normas gerais, prevalecendo as leis estaduais em vigor para atender suas peculiaridades, mesmo se normas gerais forem estabelecidas pela superveniência de lei federal.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- (a) todas estão corretas;
- (b) todas estão incorretas;
- (c) somente as de números II e III estão corretas;
- (d) apenas a de número I está correta.

5. PODERÁ SER DECRETADA A INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

I - para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, devendo o decreto de intervenção, especificando a amplitude, o prazo e as condições de execução, e, se couber, nomeando o interventor, ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo de vinte e quatro horas;

II - nas hipóteses de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação formulada pelo Procurador-Geral da República, respectivamente, para assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis da federação e a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

III - para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, mediante solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário, e ainda nos casos de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- (a) somente as de números I e III estão corretas;

(b) as de números III e IV estão corretas;

(c) todas estão corretas;

(d) apenas a de número II está correta.

6. O PODER JUDICIÁRIO:

(a) receberá do Poder Executivo, como garantia de sua autonomia administrativa e financeira, os duodécimos orçamentários até o décimo quinto dia de cada mês, compreendidos nas dotações orçamentárias os créditos suplementares e especiais;

(b) tem autonomia administrativa e financeira, podendo os Tribunais elaborar suas propostas orçamentárias independentemente de limites estipulados pela lei de diretrizes orçamentárias;

(c) tem como órgãos o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais, os Tribunais e Juizes do Trabalho, os Tribunais e Juizes Eleitorais, os Tribunais e Juizes Militares, os Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, sendo que para o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo a competência é dos juizados especiais cíveis e criminais, no âmbito da Justiça Estadual e da Justiça Federal;

(d) não deve manter, de forma integrada, sistema de controle interno para comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por não estar sujeito ao controle externo a cargo do Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, sob pena de violação do princípio da independência e harmonia dos Poderes.

7. A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL, À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA:

(a) deverá ser discutida e votada em sessão unicameral do Congresso Nacional em dois turnos, sendo aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;

(b) não será objeto de deliberação se tendente a abolir cláusula pétrea;

(c) que tenha sido rejeitada ou havida por prejudicada pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa, se encaminhada pelo Presidente da República;

GRUPO I

(d) () se aprovada, poderá ser promulgada na vigência de intervenção federal, mas não de estado de defesa ou de estado de sítio.

8. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

(a) () poderá adotar, em caso de relevância e urgência, medidas provisórias, com força de lei, sobre qualquer matéria, podendo reeditá-las, se no prazo de trinta dias não forem expressamente rejeitadas pelo Congresso Nacional;

(b) () não pode editar medidas provisórias sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, à carreira e à garantias de seus membros;

(c) () em caso de relevância e urgência, pode adotar medidas provisórias, vedada sua reedição na mesma sessão legislativa se tiver sido rejeitada ou perdido sua eficácia, por não ter sido convertida em lei no prazo improrrogável de sessenta dias;

(d) () ao adotar medida provisória, com força de lei, em caso de relevância e urgência, deve submetê-la de imediato ao Congresso Nacional, que se não apreciá-la em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência em sessão conjunta, devendo ser sobrestadas todas as demais deliberações em ambas as Casas.

9. OS DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES, CONFORME A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA:

(a) () não poderão ser processados criminalmente sem prévia licença da respectiva Casa do Congresso Nacional;

(b) () têm imunidade material e processual, dependendo de autorização da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal o prosseguimento da ação penal após a denúncia pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal, em face do foro por prerrogativa de função;

(c) () têm imunidade material, sendo invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, podendo, todavia, ser processados por crimes ocorridos após a diplomação, cabendo ao Supremo Tribunal Federal, depois de recebida a denúncia, dar ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação;

(d) () são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.

10. O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO:

I - tem garantias e vedações análogas às da magistratura, previstas na Constituição, visando a assegurar a cada membro do *Parquet* independência e isenção no exercício de suas funções institucionais;

II - é definido como instituição permanente, essencial à função jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, de regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;

III - tem autonomia funcional e administrativa, devendo elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e podendo propor ao Poder Legislativo projetos de lei para criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

(a) () somente a de número II está correta;

(b) () todas estão corretas;

(c) () as de números II e III estão corretas;

(d) () estão corretas as de números I e III.

11. OS MÊMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEVEM VIR A INTEGRAR O PODER JUDICIÁRIO, SEGUNDO IMPERATIVO CONSTITUCIONAL:

I - compo o chamado "*quinto constitucional*" em todos os Tribunais Superiores, os Tribunais Federais e Estaduais, mediante indicação em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes e formação de lista tríplice pelo Tribunal, submetida ao Poder Executivo para escolha e nomeação de um dos seus integrantes;

II - compo o chamado "*quinto constitucional*" nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios, desde que tenham mais de dez anos de carreira, e ainda, de acordo com proporções específicas, compo o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal Militar;

GRUPO I

III - compondo o chamado "quinto constitucional" em todos os Tribunais do País, inclusive no Tribunal Superior Eleitoral e no Supremo Tribunal Federal.

Analisando-se as assertivas cima, pode-se afirmar que:

- (a) estão corretas as de números I e III;
- (b) somente a de número II está correta;
- (c) apenas a de número III está correta;
- (d) todas estão incorretas.

12. A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PODE SER PROPOSTA PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

(a) para declarar a inconstitucionalidade de leis federais, estaduais e municipais;

(b) para declarar a inconstitucionalidade de leis federais e emendas constitucionais violadoras de cláusulas pétreas, somente cabendo impugnação de leis estaduais por contrariedade à Constituição Federal mediante representação interventiva;

(c) para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, ou para declarar a inconstitucionalidade por omissão, devendo o Procurador-Geral da República ser previamente ouvido em todas as ações, independentemente de ter sido o seu autor;

(d) apenas pelo Procurador-Geral da República, os Governadores de Estados, os Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, obedecida sempre a pertinência temática.

13. A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE:

(a) pode ser proposta por todos os que têm legitimidade ativa *ad causam* para propor ação direta de inconstitucionalidade;

(b) de lei ou ato normativo federal, somente pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal, produzindo as decisões definitivas de mérito eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo;

(c) de lei ou ato normativo federal ou estadual, pode ser proposta apenas pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República;

(d) não admite pedido de medida cautelar.

14. O CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE:

I - pode ser efetivado ainda por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição Federal, que será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei;

II - pode ser levado a efeito pelo veto do Presidente da República;

III - pode ainda ser exercido por qualquer Juiz ou Tribunal do País, segundo o modelo originário norte-americano, sendo que nos Tribunais a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público deverá ser pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.

Analisando-se as asserções cima, pode-se afirmar que:

(a) todas estão corretas;

(b) somente as de números I e III estão corretas;

(c) estão corretas as de números I e II;

(d) apenas as de números II e III estão corretas.

15. A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, QUANTO À PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS:

I - estabelece como princípio regente das relações internacionais do País a prevalência dos direitos humanos e preconiza ainda a criação de um tribunal internacional dos direitos humanos;

II - além de constituir a República Federativa em Estado democrático de direito, tendo como um dos fundamentos a dignidade da pessoa humana, assegura a todos direitos e garantias fundamentais, direitos individuais e sociais, expressos no seu texto, além de outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte;

GRUPO I

III - inova quanto aos princípios sensíveis da federação, incluindo entre eles os direitos da pessoa humana,, cuja inobservância pode resultar em intervenção federal nos Estados, decretada pelo Presidente da República no caso de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação formulada pelo Procurador-Geral da República.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- (a) somente a de número II está correta;
- (b) estão corretas as de números II e III;
- (c) apenas as de números I e II estão corretas;
- (d) todas estão corretas.

16. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS, NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:

I - não podem ser considerados no dever do Estado de garantir a segurança pública, direito de todos, preservando a incolumidade das pessoas e do seu patrimônio;

II - devem ser sempre respeitados, sem prejuízo da maior eficiência no combate à criminalidade e na preservação da ordem e segurança pública sob a responsabilidade do Estado;

III - asseguram aos presos o respeito à integridade física e moral e garantem que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei, devendo o preso ser informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe ainda garantida a assistência da família e de advogado.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- (a) todas estão corretas;
- (b) somente as de números I e III estão corretas;
- (c) estão corretas as de números II e III;
- (d) apenas a de número I está correta.

17. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.

II - O instituto da derelicção aplica-se, indiferentemente, aos bens móveis e imóveis.

III - Ocorre a dispensa de licitação sempre que houver a impossibilidade jurídica de se instaurar o certame entre os possíveis concorrentes, dada a natureza do serviço ou do fornecimento.

IV - a Administração Pública, na apuração da falta do servidor estável, por abuso de autoridade, depende de prévia representação do ofendido.

Das proposições acima:

- (a) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) Nenhuma assertiva é verdadeira.

18. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - Para que se reconheça o instituto do contrato administrativo, basta que o respectivo acordo de vontades vincule, num pólo, pessoa jurídica de direito público, quer da Administração direta, quer da indireta.

II - Quando um bem, desapropriado por utilidade pública, vier a ser utilizado para fim diverso do constante do respectivo decreto, dá-se o fenômeno da trespdestinação (chamada por alguns, erroneamente, de trespdestinação) e ocorrerá o vício denominado desvio de finalidade, podendo ser judicialmente desconstituído o ato expropriatório, por se vincular a Administração Pública aos motivos determinantes desse ato.

III - Há desvio de poder quando uma autoridade administrativa, embora tenha competência para praticá-lo, produz o ato desviado da finalidade para a qual, legalmente, deveria ser produzido.

IV - Segundo a teoria do erro comum, a pessoa que, após concurso público, vem a ser nomeada para o respectivo cargo, por autoridade

GRUPO I

incompetente para tanto, deve ser havida por funcionário de fato.

Das proposições acima:

- (a) () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) () Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) () Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) () Nenhuma assertiva é verdadeira.

19. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - Entre os denominados terrenos acrescidos de marinha, insere-se o mangue.

II - Na revogação, segundo a concepção denominada objetiva, ocorre a eliminação do ato administrativo por padecer esse de vício, ante a ausência de algum dos requisitos de sua validade.

III - Formulada a desistência da desapropriação pela Fazenda Pública, uma vez iniciado, em juízo, o respectivo processo, opondo-se a tanto o expropriado, o juiz não poderá homologar a desistência, a pretexto da supremacia do interesse público sobre o particular, porque essa declaração de interesse público emanara de ato legislativo, embora de iniciativa do Executivo.

IV - Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, emprestada à Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, havendo o cometimento, pelo funcionário público, de falta disciplinar punida com a pena de demissão, o termo a quo do prazo prescricional se conta da consumação do evento e não do *dies scientiae*.

Das proposições acima:

- (a) () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) () Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) () Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) () Nenhuma assertiva é verdadeira.

20. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - Doutrinariamente, pode-se afirmar que, num conceito de *ambiente lato sensu*, ingressam não apenas elementos naturais (os chamados *recursos*

naturais), mas, também, elementos culturais (compreendendo, *lato sensu*, a paisagem, o patrimônio histórico e artístico, etc.).

II - Na *licitação de menor preço*, vence, em regra, a proposta que mais baixo orçar os serviços ou o fornecimento dos bens, mas a Administração Pública pode preferir a segunda melhor proposta, sempre que, nessa, for de *melhor técnica* a prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, tendo em vista a prevalência do interesse público.

III - A *Circular* é o instrumento pelo qual os Ministros de Estado ou Secretários de Governo se dirigem uns aos outros, comunicando fatos de interesse da Administração ou dando informações pertinentes ao respectivo órgão que dirigem.

IV - O *estipêndio* é direito de cunho econômico do funcionário público e tem caráter alimentar, por corresponder à contraprestação do serviço prestado em decorrência do exercício do cargo.

Das proposições acima:

- (a) () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) () Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) () Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) () Nenhuma assertiva é verdadeira.

21. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - Os atos *interna corporis*, na classificação dos atos administrativos, correspondem aos denominados atos políticos.

II - Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pode-se dizer que a absolvição criminal do servidor público de um fato único, definido em tese como crime, sem que esse seja próprio do agente público, impede que, a título de *resíduo administrativo*, se dê, subseqüentemente, a apuração da falta administrativa correspondente, porque ausentes outras acusações que a justifiquem.

III - Relativamente aos atos administrativos, pode-se afirmar que o *controle da legalidade* somente pode ser exercido pela própria Administração Pública e pelo Poder Judiciário, excluído o próprio administrado; não, porém, pelo administrado.

GRUPO I

IV - Em verdade, o *ato administrativo complexo* se confunde com o contrato administrativo, por não serem, ambos, atos unilaterais e encerrarem, um e outro, uma unidade de vontades dos partícipes na formação dos institutos em apreço.

Das proposições acima:

- (a) () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) () Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) () Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) () Nenhuma assertiva é verdadeira.

22. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - Pelo instituto da *retrocessão*, a Administração Pública se obriga, no próprio ato expropriatório, a oferecer o bem ao expropriado, quando não lhe der a finalidade declarada no respectivo decreto, mediante a devolução, pelo expropriado, do valor da indenização. Havendo o desvio de finalidade e não cumprindo a Administração Pública a oblação, caberá ao expropriado, tão-somente, demonstrar a existência de perdas e danos disso decorrentes, pedidos em ação própria.

II - A *afetação* da coisa ao domínio público pode decorrer de ato ou de fato jurídico.

III - A *revogação* da licitação opera efeitos *ex tunc*, porque o ato revocatório alcança todo o procedimento de licitação.

IV - A auto-executoriedade dos atos administrativos, em geral, não se aplica quando tais atos consistirem em obrigações de direito privado, impostas ao particular pela Administração, que deverá, em tais casos, forçar a respectiva execução socorrendo-se do Poder Judiciário.

Das proposições acima:

- (a) () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) () Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) () Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) () Nenhuma assertiva é verdadeira.

23. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - *Autorização* é o ato administrativo, unilateral e discricionário, pelo qual se faculta, a título precário, o exercício de determinada atividade material, de seu exclusivo ou predominante interesse, sem a qual essa não poderá ser desempenhada.

II - O direito à chamada *desapropriação indireta*, segundo doutrina e jurisprudência pacíficas, prescreve em vinte anos.

III - Consoante a teoria dos *motivos determinantes* do ato administrativo, exposta por GASTON JÉZE, se a lei somente os legitimar mediante a adoção de certos motivos, o ato não poderá subsistir caso incorra algum desses motivos, previamente traçados.

IV - O *laudêmio* ou *foro* é o cânon ou pensão paga pelo enfiteuta ao senhorio direto, pela fruição do respectivo domínio útil.

Das proposições acima:

- (a) () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) () Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) () Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) () Nenhuma assertiva é verdadeira.

24. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I- Para a proteção do direito ambiental, exige-se a ocorrência do mesmo dano que fundamenta as ações de responsabilidade civil em geral.

II- Pode-se afirmar exercer a Administração Pública *atos de império* e *atos de gestão*, mas esses últimos devem se conter dentro da denominada *limitação administrativa*.

III- O *Aviso* é o instrumento pelo qual uma autoridade superior transmite determinações uniformes a toda uma classe de funcionários que lhe são subordinados.

IV- É admissível a *permissão condicionada*, assim entendida aquela dada pelo Poder Público, que se limita em sua faculdade discricionária de revogá-la a qualquer tempo, quer por fixar-lhe prazo de vigência, quer por assegurar vantagem ao permissionário para a execução do serviço público.

GRUPO I

Das proposições acima:

- (a) () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) () Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) () Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) () Nenhuma assertiva é verdadeira.

25. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - Reclassificação posterior à aposentadoria não aproveita ao servidor aposentado.

II - O *ambiente*, dada sua natureza, há de ser considerado como universalidade de direito (*universitas iuris*).

III - Pela *concessão de serviço público*, a Administração celebra contrato administrativo com o particular, encarregando-o de fazer atuar e de desenvolver determinado serviço durante certo tempo, assumindo o concessionário os encargos da execução desse serviço, mediante a remuneração dos utentes.

IV - O abuso de direito por parte do servidor gera, para a Administração Pública, o dever de reparar as correspondentes perdas e danos, graças à presunção da culpa *in eligendo* da Administração Pública na nomeação do funcionário.

Das proposições acima:

- (a) () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) () Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) () Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) () Nenhuma assertiva é verdadeira.

26. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - *Permissão* é o ato administrativo, unilateral e discricionário, pelo qual se faculta, também a título precário, a execução de obras e serviços de utilidade pública ou de interesse coletivo, bem como a prática de ato jurídico de ofício público.

II - A conferência do denominado *adicional por tempo de serviço* ao funcionário público pode ser tida, doutrinariamente, como espécie do gênero *promoção*.

III - O *laudêmio* ou *foro* é o cânon ou pensão paga pelo enfiteuta ao senhorio direto, pela fruição do respectivo domínio útil.

IV - O *interesse*, que fundamenta a proteção ambiental, há de ser, sempre, *difuso*, não podendo ser *coletivo*.

Das proposições acima:

- (a) () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) () Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) () Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) () Nenhuma assertiva é verdadeira.

27. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - Pode-se afirmar compreenderem os atributos do *poder de polícia*, segundo doutrina majoritária, a *discricionariedade*, a *auto-executoriedade* e a coercibilidade.

II - No direito administrativo brasileiro, tendo o administrador o dever de agir, quando provocado pelo administrado, o seu *silêncio*, a exemplo do que ocorre em outros países da Europa continental, significa aquiescência à prática do ato solicitado.

III - Os *proventos*, que se compõem do *vencimento* e da *remuneração*, são a remuneração paga ao servidor ocupante de cargo transitório ou em comissão.

IV - Pode-se dizer que, ocorrendo uma alteração legislativa, a determinar uma mudança no contrato celebrado pela Administração com o particular, essa alteração, feita pelo administrador em razão do novo preceito legal, insere-se no conceito de *fato do príncipe*.

Das proposições acima:

- (a) () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) () Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) () Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) () Nenhuma assertiva é verdadeira.

28. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

GRUPO I

I - As denominadas *cláusulas exorbitantes*, no contrato administrativo, são aquelas impostas pelo administrador, tendo em vista a finalidade do serviço público, de molde a proporcionar à Administração adequado equilíbrio contratual.

II - Nos atos vinculados, não se pode, propriamente, falar em *mérito do ato administrativo*, dado refletirem apenas o atendimento das disposições legais, não havendo, por isso, campo para a incidência da discricionariedade do administrador.

III - A inalienabilidade dos bens públicos resulta sempre de imposição legal.

IV - O servidor público, ainda que estável, não tem direito adquirido ao exercício cargo que ocupa.

Das proposições acima:

- (a) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- (b) Há somente duas assertivas verdadeiras.
- (c) Há somente três assertivas verdadeiras.
- (d) Nenhuma assertiva é verdadeira.

*

29. É CORRETO DIZER QUE A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO:

- (a) somente poderá ser exigida após prévia definição do fato gerador e da base de cálculo por lei complementar;
- (b) a ela não se aplica o princípio da nonagesimidade, mas o princípio da anterioridade;
- (c) a competência dos Estados-membros e do Distrito Federal para instituí-la é concorrente com a da União;
- (d) não tem natureza de contribuição de intervenção no domínio econômico.

30. É CORRETO DIZER QUE A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA A INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS:

- (a) alcança as entidades fechadas de previdência social privada;
- (b) não abrange as entidades fechadas de previdência social privada;

(c) apenas tem incidência se preenchidos os requisitos previstos nos artigos 9º e 14 do Código Tributário Nacional (CTN);

(d) nenhuma alternativa acima é verdadeira.

31. A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS ADMINISTRADORES DE EMPRESA:

- (a) decorre da circunstância de que ele realiza o "fato gerador" do tributo;
- (b) decorre da utilização, pelo Código Tributário Nacional, de técnica sancionatória;
- (c) assenta-se em dois elementos: fato imputável e prejuízo;
- (d) somente se verifica se houver dissolução da sociedade mercantil.

32. NO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:

- (a) inexistente imposto sobre consumo;
 - (b) não se permite a cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) por Municípios servidos por estradas objeto de privatização;
 - (c) o Imposto Sobre Serviços (ISS) é tributo, em regra, cumulativo;
 - (d) o Imposto Sobre Produtos Industrializados não é imposto que deva ser suportado, economicamente, pelo contribuinte de direito.
- ### 33. QUANTO AO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA E SERVIÇOS (ICMS), SOBRE OS CRÉDITOS ESCRITURAIS, É CORRETO DIZER QUE:

- (a) não incide correção monetária;
- (b) incide correção monetária em observância ao princípio constitucional da isonomia;
- (c) apenas incide a correção monetária se o imposto revestir-se de caráter monofásico;
- (d) os contribuintes do ICMS não têm direito a corrigi-los monetariamente, quando não há legislação estadual autorizando tal correção.

34. ANTE O TEXTO CONSTITUCIONAL FEDERAL, EM VIGOR, É CERTO DIZER QUE:

- (a) o princípio da capacidade econômica do contribuinte é aplicável unicamente nos chamados impostos pessoais;

GRUPO I

(b) () a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) é prevista apenas nas hipóteses de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

(c) () a faculdade de os Municípios instituírem alíquotas progressivas sobre imposto de natureza real depende de resolução do Senado Federal;

(d) () nenhuma das alternativas acima é correta.

35. NA HIPÓTESE DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, NÃO CONSTANDO DA LISTA CERTO SERVIÇO, A NÃO EXIGÊNCIA DO TRIBUTO OCORRE EM VISTA DE:

(a) () não incidência;

(b) () isenção;

(c) () anistia;

(d) () princípio da não cumulatividade.

36. O PRAZO DA DECADÊNCIA DE QUE TRATA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL CORRE:

(a) () a partir da data do recebimento de notificação, pelo contribuinte, para pagar;

(b) () desde o fato gerador da obrigação tributária até o lançamento e a respectiva notificação ao contribuinte;

(c) () a partir da data do julgamento da Reclamação Administrativa;

(d) () a partir da citação do contribuinte.

37. ASSINALE O IMPOSTO CUJO FATO GERADOR É INSTANTÂNEO:

(a) () Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

(b) () Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);

(c) () Imposto de Renda de Pessoa Jurídica;

(d) () Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços.

38. NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL VIGENTE, NO TOCANTE AOS TRIBUTOS, FOI ADOTADA A POLÍTICA LEGISLATIVA DE:

(a) () competência residual concorrente entre as pessoas de direito público interno nos três níveis;

(b) () competência residual reservada privativamente à União;

(c) () sistema igual ao da Constituição anterior no pertinente ao poder de isentar tributos;

(d) () competência não partilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para instituir Contribuição de Melhoria.

39. A DÍVIDA PÚBLICA CONTRAÍDA A LONGO PRAZO OU ATÉ SEM PRAZO CONCEITUA-SE COMO:

(a) () empréstimo compulsório;

(b) () dívida flutuante;

(c) () dívida fundada;

(d) () operação de crédito por antecipação.

40. A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE QUE TRATA O ARTIGO 20, PARÁGRAFO 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CLASSIFICA-SE DOUTRINARIAMENTE COMO:

(a) () tributo;

(b) () receita corrente;

(c) () receita originária;

(d) () não há consenso quanto ao seu conceito.

GRUPO II

ECONÔMICO E CONSUMIDOR

CIVIL

PROCESSUAL CIVIL

GRUPO II

41. PELA SISTEMÁTICA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC, ART. 51), AS CLÁUSULAS ABUSIVAS SÃO NULAS DE PLENO DIREITO. ANTE ESTE ENUNCIADO É CERTO AFIRMAR QUE:

(a) () em qualquer situação definida no rol contido no art. 51, opera a nulidade de pleno direito;

(b) () somente opera a nulidade de pleno direito, nas hipóteses previstas no citado dispositivo legal, se o vício é manifesto, visível a partir do próprio instrumento contratual ou passível de prova literal;

(c) () à vista do sistema de nulidades adotado no direito positivo brasileiro, não constitui exagero retórico o legislador equiparar nulidade de pleno direito e nulidade dita absoluta;

(d) () todas as hipóteses de invalidade previstas no citado art. 51, do CDC, dependem de rescisão.

42. O PROFISSIONAL LIBERAL, QUANDO EXERCE SUAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS:

(a) () em regra, assume obrigação de resultado;

(b) () mesmo sob o vínculo de emprego é considerado fornecedor de serviços para efeito de incidência do Código de Defesa do Consumidor;

(c) () é responsável por fato do serviço diretamente prestado ao consumidor, dependendo a sua culpa de verificação, sem prejuízo da inversão do ônus da prova;

(d) () nenhuma alternativa acima é correta.

43. CONFORME O ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SOBRE OS CONTRATOS BANCÁRIOS:

(a) () aplica-se o Código de Defesa do Consumidor;

(b) () não incide o Código de Defesa do Consumidor, salvo se se revestirem de natureza de *leasing*;

(c) () a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, no caso, é subsidiária;

(d) () incide o Código de Defesa do Consumidor no tocante à limitação das taxas de juros praticadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional.

44. O ARTIGO 54, DA LEI 8.884, DE 11.06.94, ENCERRA:

(a) () a adoção da figura da "posição dominante no mercado relevante de bens e serviços";

(b) () compromisso de desempenho;

(c) () compromisso de cessação;

(d) () adoção do "princípio de desconsideração da pessoa jurídica".

45. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO ARTIGO 173, DISCIPLINA:

(a) () prestação de serviço público preferencialmente para atender a necessidades essenciais;

(b) () prestação de serviço público, mediante permissão, para atender relevante interesse coletivo;

(c) () atividade econômica em sentido amplo;

(d) () atividade econômica em sentido estrito.

46. O PRINCÍPIO BÁSICO DO LIBERALISMO, ADOTADO PELA NOSSA ORDEM JURÍDICO-ECONÔMICA, FUNDA-SE:

(a) () na redução das desigualdades regionais e sociais e na busca do pleno emprego;

(b) () na liberdade de iniciativa e na economia de mercado;

(c) () no tratamento favorecido às empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte;

(d) () na função social da propriedade.

47. SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL É CORRETO AFIRMAR QUE:

(a) () mantêm-se a proteção e os benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas indispensáveis ao desenvolvimento do país à empresa brasileira de capital nacional;

(b) () são facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada atividade, mediante lei federal, pelo Estado;

(c) () é cabível a intervenção direta do Estado mediante assunção de gestão de empresa privada,

GRUPO II

passando a dirigi-la, quando interesses de ordem social o exijam;

(d) () o papel do Estado no setor econômico, à vista do princípio da livre iniciativa e da economia de mercado, cinge-se à intervenção indireta, com exceção do regime monopolístico, nas hipóteses previstas na Constituição.

48. CERTOS SERVIÇOS PÚBLICOS, MEDIANTE A PRIVATIZAÇÃO, PASSAM A SER EXECUTADOS PELAS EMPRESAS. AS TAREFAS DE QUE TRATA O ARTIGO 174 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO CASO, SÃO EXERCIDAS, EM REGRA, PELAS CHAMADAS AGÊNCIAS REGULADORAS, CUJA NATUREZA JURÍDICA É:

(a) () de autarquia especial;

(b) () de sociedade de economia mista porque, em sua composição, figuram agentes do poder público e representantes da empresa privatizada, independentes e detentores de autonomia de gestão;

(c) () fundação de caráter híbrido vinculada ao ente estatal de que emanou a privatização;

(d) () de ordem privada, posto são organismos privados desvinculados de qualquer ente estatal, dotados de independência e de autonomia para atuar na prestação de serviços.

49. COM A CRIAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO E AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA), É CORRETO DIZER QUE:

(a) () o Estado continua a fiscalizar diretamente a atividade do mercado nas áreas abrangidas por esses órgãos reguladores;

(b) () fica afastada a competência, para atuar na fiscalização e controle do mercado, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Secretaria de Direito Econômico, nas áreas respectivas de abrangência dessas agências, exceto se estas se omitirem;

(c) () as agências reguladoras deverão agir em consonância e coordenação com os órgãos de fiscalização e controle do mercado (CADE, SDE);

(d) () nenhuma alternativa acima é correta.

50. O MINISTÉRIO PÚBLICO, QUANTO À AÇÃO CIVIL PÚBLICA:

(a) () detém legitimidade para sua propositura em defesa de interesses difusos, coletivos e particularmente homogêneos;

(b) () não detém legitimidade para a sua promoção em defesa interesses individuais homogêneos por tratar-se de situações particulares;

(c) () só detém legitimidade para instaurá-la quando em defesa de interesses difusos e coletivos;

(d) () na hipótese da alternativa "b", cláusula final (interesses homogêneos) somente atuará por deliberação da assembléia geral da associação de classe dos interessados.

*

51. NA HIPÓTESE DE RETORNO DO AUSENTE É CORRETO AFIRMAR QUE:

(a) () após a abertura da sucessão definitiva, somente poderá recuperar seu patrimônio caso seu desaparecimento não tenha sido injustificado;

(b) () em qualquer tempo, pode recuperar seu patrimônio, desde que caracterizada sua boa-fé;

(c) () os herdeiros definitivos poderão ser responsabilizados pelas perdas patrimoniais decorrentes de má administração.

(d) () durante a sucessão provisória, o princípio da boa-fé é irrelevante para que possa recuperar seu patrimônio;

52. ASSINALE A EXPRESSÃO CORRETA:

(a) () o emprego da chamada *vis absoluta* descaracteriza a coação enquanto causa de anulabilidade do negócio jurídico;

(b) () a cirurgia plástica reparadora constitui obrigação de resultado;

(c) () a *actio damni infecti* permite ao proprietário ou possuidor impedir o proprietário vizinho de invadir os limites físicos do prédio;

(d) () casamento nuncupativo é aquele realizado com infração de algum dos impedimentos impeditivos, mas por motivo justificável, sendo assim válido.

53. ASSINALE A EXPRESSÃO CORRETA:

(a) () a responsabilidade extra-contratual da pessoa jurídica somente ocorre nas hipóteses em que se admite a responsabilidade objetiva;

GRUPO II

(b) () o pai, sendo terceiro interessado, pode pagar a dívida do filho, mesmo que se trate de obrigação *intuitu personae*;

(c) () a posse *ad usucapionem* tem como requisito ser exercida com *animus domini*;

(d) () o divórcio direto resulta do pedido consensual dos cônjuges, seja para a conversão da separação judicial, seja da separação de fato.

54. ASSINALE A EXPRESSÃO CORRETA:

(a) () na ausência de dispositivo específico, aplicam-se à decadência as normas relativas à interrupção e suspensão da prescrição;

(b) () a alienação fiduciária em garantia, por implicar em direito real, somente pode ser constituída por instrumento público;

(c) () distingue-se a união estável do concubinato porque, na primeira não há entre os companheiros impedimentos a sua união, enquanto que no segundo, os concubinos encontram-se impedidos de casar;

(d) () o usufrutuário pode transmitir o usufruto para terceiro, desde que o faça por meio idôneo;

55. ASSINALE A EXPRESSÃO CORRETA:

(a) () nulo o negócio jurídico, seus efeitos não adentram ao mundo jurídico;

(b) () o contrato de depósito somente se aperfeiçoa com a entrega do bem ao depositário

(c) () está sempre obrigado à colação o herdeiro testamentário, cujo quinhão exceda a parte disponível pelo testador;

(d) () a cessão de posição contratual consiste em subespécie de cessão de crédito.

56. NA OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA, PODEMOS AFIRMAR QUE:

(a) () o credor, ao optar por um dos devedores para a satisfação de seu crédito, promove a concentração do débito na pessoa daquele devedor;

(b) () tendo sido julgada improcedente a ação proposta pelo credor contra um dos devedores, aquele não poderá renová-la contra os demais, em razão da ocorrência da coisa julgada;

(c) () o devedor que paga, sub-roga-se no direito do credor;

(d) () qualquer dos co-credores pode tomar medidas assecuratórias do crédito, as quais beneficiarão a todos os demais.

57. ASSINALE A EXPRESSÃO CORRETA:

(a) () em se tratando de dívida *quérable*, o devedor poderá resolver a obrigação, por meio de consignação em pagamento, provando a inércia do credor;

(b) () a cláusula comissória consiste no direito do credor hipotecário em excutir o bem dado em garantia;

(c) () chama-se *saisine* o princípio pelo qual a aquisição da herança se dá no momento de sua aceitação, ainda que tácita, pelo herdeiro;

(d) () o parentesco por afinidade não provoca restrição de direitos

58. ASSINALE A EXPRESSÃO CORRETA:

(a) () não pode ser objeto de novação a obrigação resultante de negócio jurídico constituído com dolo;

(b) () mesmo nos chamados penhores especiais, a tradição do bem empenhado é essencial para a sua constituição;

(c) () o ato de reconhecimento de filho é unilateral, incondicionado e irrevogável, podendo, no entanto, ser anulado por vício da vontade;

(d) () a utilização do nome de alguém, em obra baseada em fatos reais, somente pode ser obstada se provada a ocorrência de prejuízo ao titular daquele nome.

59. ASSINALE A EXPRESSÃO CORRETA:

(a) () o juiz pode, pelo princípio da imutabilidade relativa, reduzir ou elevar a cláusula penal, quando esta for manifestamente desproporcional ao prejuízo sofrido pelo credor;

(b) () a adoção plena não possui caráter meramente contratual, posto que indispensável o provimento jurisdicional;

(c) () excluído o herdeiro, por declaração de indignidade, esta é irrevogável;

GRUPO II

(d) () negócio jurídico bifronte é aquele que, sendo bilateral, produz efeitos para ambas as partes;

60. PODE-SE DIZER QUE, O CONTRATO DE SEGURO:

(a) () é um contrato bilateral, oneroso e aleatório;

(b) () em qualquer de suas modalidades, admite a possibilidade de livre fixação do valor segurado;

(c) () não permite a ação direta da vítima do dano contra o segurador do responsável civil pelo dano, posto que não é parte no contrato;

(d) () de vida possibilita a livre determinação do segurado quanto à explicitação dos beneficiários.

61. EM MATÉRIA DE POSSE, É CORRETO AFIRMAR QUE:

(a) () o justo título gera presunção, *juris et de jure*, de boa-fé;

(b) () o direito de retenção tem seu fulcro na cláusula geral de boa-fé, subjacente a todos os contratos;

(c) () pelo *constituto possessório* ocorre a aquisição da posse, sem a entrega material do bem;

(d) () a composses somente é admitida em relação aos bens indivisíveis.

62. NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE CIVIL, PODEMOS AFIRMAR QUE:

(a) () a cláusula de não-indenizar é inadmissível nos contratos de guarda;

(b) () a responsabilidade objetiva, em decorrência da teoria do risco, representa, hoje, a regra em nosso direito civil;

(c) () à pessoa jurídica não cabe pleitear indenização por dano moral, tendo em vista o caráter personalíssimo da honra;

(d) () a inexecução do contrato somente acarretará responsabilidade civil se resultar de inadimplemento.

63. QUANTO AO REGIME DE BENS, ESTÁ CORRETO DIZER QUE:

(a) () o pacto antenupcial está restrito aos tipos e características dos regimes de bens previstos pelo Código;

(b) () no caso do regime de separação de bens, o patrimônio de cada cônjuge permanece distinto e independente;

(c) () os aqüestos comunicam-se, qualquer que seja o regime, mas somente provado o esforço comum;

(d) () por se tratar de efeito patrimonial do casamento, é possível a aposição, no pacto antenupcial, de condição suspensiva ou resolutiva.

64. A RESPEITO DO TESTAMENTO, PODEMOS AFIRMAR QUE:

(a) () apresentando o testamento cerrado violação externa, deverá o juiz declará-lo nulo;

(b) () o direito de acrescer beneficia o herdeiro, quando além de seu quinhão determinado, for nominado substituto do quinhão de outro herdeiro que não possa ou não queira recebê-lo;

(c) () o testamento comporta condição, suspensiva ou resolutiva, mas a impossibilidade ou ilicitude da mesma invalida o testamento;

(d) () quando o testador declara o motivo da liberalidade, como razão determinante, verificada a falsa causa, é possível sua anulação por erro;

65. ASSINALE A EXPRESSÃO CORRETA:

(a) () a boa-fé objetiva corresponde ao dever geral de lealdade, isto é, a uma norma de conduta que deve nortear as relações contratuais ou mesmo pré-contratuais;

(b) () o fideicomissário transmite o direito a seus herdeiros, posto que trata-se de substituição decorrente de disposição testamentária válida;

(c) () na revogação do mandato, a declaração de vontade é unilateral e não-receptícia;

(d) () trata-se de adenção a aceitação expressa ou tácita do legado.

*

66. LEIA, ATENTAMENTE, O ENUNCIADO SEGUINTE.

É exemplo clássico o de que, promovendo Caio contra Semprônio, pelas vias do procedimento ordinário, ação de cobrança de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), este pode demonstrar o inverso, isto é,

GRUPO II

que, em virtude de um outro negócio jurídico, é ele, demandado, também credor do demandante, da importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), exemplificativamente, graças ao instituto jurídico da compensação.

O réu, para ver judicialmente reconhecido, a seu favor, para posterior execução aparelhada, o saldo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), decorrente da compensação:

I - deverá promover, contra o autor, indiferentemente, ação declaratória incidental ou reconvenção;

II - se não oferecer contestação, não poderá, também, reconvir, porque a reconvenção exige conexidade com a ação ou com o fundamento da defesa;

III - se não oferecer contestação, não poderá, também, postular a declaração incidental da compensação, em razão dos efeitos processuais da revelia.

Dentre as proposições acima:

- (a) () Apenas estão corretas a I e a III.
- (b) () Apenas estão corretas a I e a II.
- (c) () Apenas estão corretas a II e a III.
- (d) () Nenhuma está correta.

67. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - A regra do art. 473, do Código de Processo Civil, expressa um modo de aplicação do *princípio da eventualidade*.

II - A competência absoluta, segundo os modernos ensinamentos doutrinários, não mais pode ser vista como pressuposto processual de validade da relação jurídico-processual, porquanto, ajuizada a demanda perante juiz absolutamente incompetente e uma vez assim reconhecido, apenas os atos decisórios serão nulos.

III - Somente a assistência litisconsorcial pode ser definida como típica intervenção *ad adiuvandum*.

IV - O fato, para ser notório, tem de se revestir de notoriedade absoluta e não, apenas, relativa.

V - Sempre que o juiz denegar o mandado de segurança, por entender inexistente o direito

pleiteado pelo impetrante, poderá esse, ulteriormente, intentar o reconhecimento do direito pelas vias ordinárias.

Das proposições acima, apenas são verdadeiras:

- (a) () As de nº I e II.
- (b) () As de nº II e III.
- (c) () As de nº IV e V.
- (d) () As de nº I e IV.

68. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - Havendo o legislador fixado, abstratamente, uma regra de competência, segundo um dado *conceito jurídico* (assim, *v.g.*, o conceito de *domicílio*, fornecido pelo direito material), mas vindo uma lei nova a alterar esse conceito jurídico (*e.g.*, "*o domicílio é o lugar onde a pessoa nasceu*", ou "*onde estuda*", ou "*onde trabalha*", etc.) e, por isso, também, repercutindo na regra da determinação da competência, proposta a ação, segundo o regime legal anterior, não se aplica ao processo o princípio da *perpetuatio iurisdictionis*.

II - O conteúdo da denominada exceção de pré-executividade, segundo o entendimento dominante no Superior Tribunal de Justiça, deve recair em questões passíveis de conhecimento de ofício.

III - Confirmada, por maioria de votos, em grau de recurso de apelação, a decisão de primeiro grau, denegatória de mandado de segurança, o impetrante não poderá recorrer ao Superior Tribunal de Justiça sem, antes, opor, à decisão majoritária, embargos infringentes.

IV - A hipoteca judiciária, prevista no art. 466, do Código de Processo Civil, não pode ser havida por *efeito secundário* da sentença.

V - Na confissão, deve o juiz atentar para as palavras do confitente, sendo-lhe defeso investigar o *animus confitendi*.

Das proposições acima, apenas são verdadeiras:

- (a) () As de nº I e II.
- (b) () As de nº II e III.

GRUPO II

(c) () As de nº IV e V.

(d) () As de nº I e IV.

69. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS E, OUTRAS, VERDADEIRAS.

I - Em sede de embargos de terceiro, senhor e possuidor, ajuizados por adquirente de bem que veio, depois, a ser penhorado, o juiz, não podendo reconhecer a fraude à execução na transferência dominial do bem ao embargante, porque anterior à execução, pode, todavia, desconstituir a aquisição, ao fundamento de ter havido fraude a credores.

II - As hipóteses de tutela cautelar constituem *numerus clausus*.

III - A *competência de juízo* é competência territorial, mas a *competência de foro* é competência funcional.

IV - A distinção entre a *denúnciação da lide* e o *chamamento ao processo* está em que, na primeira, não há vínculo de direito material entre o denunciado e o adversário do denunciante, enquanto, no segundo, há uma relação comum entre os chamados e o demandante original.

V - A arrematação não pode ser judicialmente desfeita, na forma da anulação dos negócios jurídicos em geral, somente podendo ser atacada por meio de embargos.

Das proposições acima, apenas são verdadeiras:

(a) () As de nº I e II.

(b) () As de nº II e III.

(c) () As de nº IV e V.

(d) () As de nº I e IV.

70. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:

(a) () O revel, nos casos em que a revelia implica admissão da veracidade dos fatos expostos na inicial, não pode produzir prova, ainda que a situação processual o permita.

(b) () Para a caracterização da fraude à execução, não sendo o caso de insolvência do devedor, basta a distribuição de anterior execução contra esse, não se cogitando, em tal hipótese, de ter ou não havido citação.

(c) () A exemplo do que ocorre no processo cautelar, a antecipação da tutela, prevista no art. 273 e §§, do Código de Processo Civil, pode ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o demandado.

(d) () Ainda que ao fundamento de violação de lei federal, não cabe recurso especial contra decisão proferida, nas causas de sua competência, por Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

71. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:

(a) () Contra a interlocutória do Presidente do Tribunal local, que admitiu o processamento e a subida do recurso especial, cabe, pela parte recorrida, a interposição de agravo de instrumento ao Superior Tribunal de Justiça.

(b) () No litiscônsórcio necessário, a sentença de mérito sempre deverá ser unitária, ou seja, procedente o pedido, atingirá, de modo uniforme, o direito material de todos os litisconsortes réus.

(c) () Segundo a denominada *teoria da individualização da demanda*, em se tratando de ação reivindicatória, o autor, na inicial, deve apenas retratar, além da posse injusta do réu, a sua qualidade de proprietário, sem considerar o título da aquisição dominial.

(d) () Um dos caracteres do procedimento monitório é sua *instrumentalidade ao quadrado*, na consagrada expressão de CALAMANDREI.

72. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:

(a) () A eficácia subjetiva da coisa julgada, a que alude o art. 472, do Código de Processo Civil, somente pode atingir o substituto processual; não, o substituído.

(b) () Uma vez transitada em julgado a sentença de procedência da ação reivindicatória, o autor, para fazer valer o preceito sentencial, deverá promover, contra o réu, execução para entrega de coisa certa.

(c) () As regras de competência atinentes ao processo de conhecimento, dispersas no Código de Processo Civil, podem ser reagrupadas em três grandes ramos: competência *ratione materiae*, competência *ratione personae* e competência *ratione loci*.

(d) () A expressão *não conhecimento do recurso*, ao menos nas chamadas *instâncias*

GRUPO II

ordinárias (Tribunais de Justiça, de Alçada e Tribunais Regionais), prende-se ao exame dos denominados *pressupostos de admissibilidade*, genéricos e específicos, dos recursos, mas a locução *dar provimento ao recurso*, ao juízo do próprio *mérito recursal*.

73. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:

(a) () O atual Código de Processo Civil, na dicção de seu art. 1º, ao qualificar de *civil* a jurisdição, *contenciosa* e *voluntária*, quis extremá-la da jurisdição *penal*, *contenciosa* e *voluntária*.

(b) () Segundo a *teoria da substanciação da demanda*, nos casos de anulação de negócio jurídico, em razão dos denominados vícios da vontade ou do consentimento, não constitui *mutatio libelli*, mas, sim, *emendatio libelli*, a substituição, em curso o processo, de um vício por outro, porque, nesse tipo de pretensão, a *causa petendi* deságua no direito subjetivo à desconstituição de negócio jurídico viciado, sendo accidental a menção a um ou a outro vício.

(c) () Em tema de mandado de segurança, as competências da Justiça Estadual e da Justiça Federal são estabelecidas *ex ratione auctoritatis*, mas as competências originárias do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, *ex ratione muneris*.

(d) () A nomeação à autoria não é cabível no procedimento sumário, por não poder ser considerada hipótese de correção da ilegitimidade passiva *ad causam*.

74. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:

(a) () O Código de Processo Civil adotou plenamente o *princípio da liberdade das provas*, sem abrir exceção à incidência de hipótese de *prova tarifada*.

(b) () Segundo entendimento majoritário, não se pode invocar o princípio do juiz natural, quando se trata de prorrogação ou de modificação da competência.

(c) () Caio, na qualidade de mutuário, veio a dar, em garantia hipotecária do mútuo, a Plínio, mutuante, o imóvel X. Sucede, porém, que Tício, dizendo-se o *verus dominus* do imóvel X, ajuíza, subseqüentemente, contra Caio, ação de reconhecimento desse mesmo prédio, de que veio a sair-se vencedor, por sentença transitada em julgado. Essa sentença produzirá efeitos jurídicos

frente a Plínio, para tornar ineficaz aquela hipoteca que lhe fora, antes, conferida.

(d) () O *princípio da oralidade* — segundo o clássico ensinamento de CHIOVENDA, repetido pelos doutrinadores — reclama, para sua plena concretização, a observância, pelo legislador, ao *princípio da identidade física do juiz*, ao *princípio da liberdade das formas* e ao *princípio da imediação*

75. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:

(a) () Na locução “*não fazem coisa julgada*”, estampada em seu art. 473, está o Código de Processo Civil a se referir à *coisa julgada formal*.

(b) () Em caso de agravo retido, interposto contra questão que, a despeito de agravável, é de mérito, o respectivo acórdão, quando majoritário, comporta o oferecimento de embargos infringentes.

(c) () Para a possibilidade de oferecimento de embargos infringentes, tanto faz que, no julgamento do recurso de apelação, tenha havido, ao menos, um voto dissidente quanto aos *fundamentos* da decisão majoritária ou um voto divergente quanto à *conclusão* adotada pela maioria.

(d) () Sempre que vier a ser extinto o processo sem julgamento do mérito, a eficácia da coisa julgada, nesse tipo de provimento judicial, não obsta a que o autor reproponha a ação, salvo se ocorrer a hipótese prevista no art. 267, inciso V, do Código de Processo Civil.

76. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:

(a) () O Código de Processo Civil, no tocante ao *saneamento do processo*, seguiu o modelo denominado *método concentrado* no exame das questões impeditivas de julgamento do mérito.

(b) () Segundo opinião prevalente na doutrina, dentre os casos de litisconsórcio facultativo, previstos nos incisos do art. 46, do Código de Processo Civil, somente haverá um cúmulo de lides (tantas quantos forem os litisconsortes) na hipótese prevista no inciso III desse artigo.

(c) () Uma vez proclamado o lance vencedor, em segunda hasta pública, e lavrado o respectivo auto de arrematação, o credor poderá, nas 24 (vinte e quatro) horas subseqüentes, requerer a

GRUPO II

adjudicação do bem, oferecendo preço não inferior ao da avaliação.

(d) () Estabelecendo, determinada Lei de Organização Judiciária, a competência dos denominados Foros Regionais (ou Distritais, pouco importa), segundo o valor da causa (por exemplo, "até dez mil reais"), mas advindo uma lei nova, por meio da qual vem a ser alterada a competência dos Foros Regionais, balizada, agora, consoante valor mais baixo (e.g., "até cinco mil reais"), os feitos, de valor superior a essa alçada, antes distribuídos aos Foros Regionais, deverão ser redistribuídos ao Foro Central, não se aplicando à hipótese o instituto da *perpetuatio iurisdictionis*.

77. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:

(a) () A circunstância de os conflitos de competência serem decididos, sempre, por um *órgão superior*, deriva da aplicação da regra *Kompetenz-Kompetenz*.

(b) () O princípio, consubstanciado na proibição de o juiz valer-se do conhecimento privado para decidir a lide, não alcança a hipótese de aplicação das *máximas da experiência*.

(c) () Na ação rescisória, intentada com lastro no art. 485, inciso V, do Código de Processo Civil, a *violação de lei* apenas compreende a hipótese de *error in iudicando*, mas não a de *error in procedendo*.

(d) () Havendo o Tribunal local *não conhecido* de impetração de mandado de segurança, por entender não ser caso de cabimento do *writ* (e.g., impetração contra ato judicial passível de recurso), dessa decisão não caberá recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.

78. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:

(a) () Em tema de ação rescisória, assim como no dos recursos em geral, a lei aplicável será aquela vigente à época do ajuizamento da ação ou à da interposição do recurso.

(b) () Não é admissível rescisória de anterior julgado rescisório, lavrado pelo Superior Tribunal de Justiça.

(c) () Como o arrematante adquire somente o domínio da coisa licitada, deverá promover, pelas vias ordinárias, uma vez expedida a respectiva

carta, ação de imissão na posse do bem arrematado.

(d) () Segundo entendimento majoritário da doutrina pátria, o Código de Processo Civil aderiu à denominada *teoria da substanciação da demanda*.

79. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:

(a) () A proclamação, contida no art. 7º, do Código de Processo Civil, respeita à denominada *capacidade de ser parte*.

(b) () O juiz, ao proferir a sentença, acolhendo o pedido do autor, não pode impor condição ou termo à execução do julgado, por não lhe ser dado proferir sentença condicional.

(c) () A doutrina entrevê, ao lado do *ônus subjetivo da prova*, o *ônus objetivo da prova*, a recair, esse, sobre o juiz.

(d) () Nas hipóteses de litisconsórcio passivo, facultativo ou necessário, se apenas alguns dos réus contestarem a ação, não o fazendo outros, não poderão, frente aos revéis, ser reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.

80. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:

(a) () A competência relativa, segundo os modernos ensinamentos doutrinários, não mais pode ser vista como pressuposto processual de validade da relação jurídico-processual, porquanto, ajuizada a demanda perante juiz relativamente incompetente, não opondo o réu a *declinatoria fori*, verificar-se-á a prorrogação da competência.

(b) () Todas as hipóteses do art. 12, do Código de Processo Civil, referem-se à denominada *capacidade processual*.

(c) () À execução das obrigações de dar aplicam-se os preceitos cominatórios da execução das obrigações de fazer.

(d) () Os pressupostos processuais e as condições da ação poderão, a qualquer tempo, ser discutidos pelas partes, ainda que sobre esses haja pronunciamento judicial, por não se acobertarem, tais temas, do instituto da preclusão.

GRUPO III

ELEITORAL

PENAL

PROCESSUAL PENAL

81. NA DEMOCRACIA BRASILEIRA:

I - a soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, cláusula pétrea na Constituição;

II - todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, mediante plebiscito, referendo ou iniciativa popular;

III - adota-se sistema parlamentarista, não podendo o Presidente da República realizar o seu programa de governo sem o apoio de maiorias eventuais na composição partidária do Congresso Nacional.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

(a) () estão corretas as de números I e II;

(b) () somente as de números II e III estão corretas;

(c) () todas estão corretas;

(d) () apenas as de números I e III estão corretas.

82. OS DIREITOS POLÍTICOS, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA:

(a) () não podem ser cassados, nem suspensos em nenhuma hipótese, porque essenciais à consolidação do regime democrático no País;

(b) () podem ser cassados nas hipóteses de corrupção e subversão, visando a garantir a lisura nos pleitos e a probidade na administração pública;

(c) () podem ser suspensos, ou ter decretada a sua perda, nas hipóteses de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, incapacidade civil absoluta, cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado, recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa e improbidade administrativa;

(d) () não podem ser cassados, nem suspensos, nem ter sua perda decretada, salvo nas hipóteses de estado de sítio e estado de emergência.

83. AS INELEGIBILIDADES:

(a) () são restrições a direitos políticos que somente podem ser estabelecidas no próprio texto da Constituição ou no Código Eleitoral;

(b) () podem ser constitucionais ou infraconstitucionais, sendo que estas são previstas em lei complementar para proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta;

(c) () implicam restrições à capacidade eleitoral ativa e passiva, impedindo, como restrições dos direitos políticos, o direito de votar e de ser votado;

(d) () devem ser interpretadas de forma extensiva e analógica visando a restringir direitos políticos ativos e passivos de participação no processo eleitoral, inclusive o alistamento e o voto.

84. SÃO CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO:

(a) () a receptividade pelo eleitorado de acordo com pesquisas registradas, nos termos da lei, no Tribunal Superior Eleitoral;

(b) () para Deputado Federal, Senador e Presidente da República ser brasileiro nato, ser filiado a partido político e ter domicílio eleitoral na circunscrição;

(c) () as condições impostas pelos Partidos Políticos para aprovação em convenção partidária da escolha do candidato, isoladamente ou em coligação com outros Partidos, considerando os princípios da democracia interna e da autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento;

(d) () a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária e a idade mínima prevista para os respectivos cargos eletivos.

85. A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO:

(a) () poderá ser proposta pelo Ministério Público ou pelo Partido Político ou candidato antes

GRUPO III

da diplomação, com base nas provas obtidas na investigação judicial por abuso de poder político ou econômico, promovida nos termos da lei das inelegibilidades;

(b)() não poderá tramitar em segredo de justiça considerando os princípios da publicidade e da transparência no processo eleitoral;

(c)() será sempre proposta perante o Tribunal Superior Eleitoral, nas hipóteses de invalidação de mandatos de Deputados Federais, Senadores e do Presidente da República, devendo sê-lo perante o Superior Tribunal de Justiça se se tratar de Governadores de Estados;

(d)() poderá ser proposta ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

86. DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS:

(a)() caberá sempre recurso, desde que tempestivo, para o Tribunal Superior Eleitoral, a cargo do representante do Ministério Público ou da parte interessada;

(b)() somente caberá recurso quando forem proferidas contra disposição expressa de lei ou da Constituição Federal, derem interpretação de lei divergente da adotada por outros Tribunais Eleitorais, versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais, anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais e denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção;

(c)() não caberá recurso, sendo terminativas, com exceção apenas dos recursos especiais para o Tribunal Superior Eleitoral nas hipóteses de acórdãos proferidos contra a jurisprudência daquela Corte;

(d)() poderão ser interpostos recursos ordinários ou especiais para o Tribunal Superior Eleitoral, nas hipóteses de violação de disposição expressa de lei, divergência jurisprudencial, inelegibilidades e invalidação de diplomas ou mandatos nas eleições federais, estaduais e municipais.

87. A LEI QUE ALTERAR O PROCESSO ELEITORAL:

(a)() entrará em vigor na data de sua publicação e terá aplicação imediata, devendo o

Tribunal Superior Eleitoral comunicar aos Partidos Políticos as alterações ocorridas em até seis meses antes da data das eleições;

(b)() somente entrará em vigor um ano após a sua publicação, não tendo qualquer efeito durante o período de *vacatio legis*;

(c)() entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência;

(d)() terá vigência imediata se vier a aprimorar o sistema político partidário, de acordo com entendimento do Tribunal Superior Eleitoral.

88. AOS AGENTES PÚBLICOS, NAS CAMPANHAS ELEITORAIS:

(a)() são vedadas condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais, especificadas na lei das eleições;

(b)() é permitido autorizar a publicidade institucional de programas de governo durante a realização do pleito eleitoral se entenderem ser de relevante interesse público;

(c)() é vedado nomear para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República, nos três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito;

(d)() é vedado permitir o uso de imóvel pertencente à administração pública para a realização de convenção partidária.

89. A PROPAGANDA ELEITORAL:

(a)() no ano da eleição, somente é permitida após o dia 5 de julho, com exceção da propaganda paga pela imprensa escrita, que pode ser feita desde o início do ano até o dia das eleições, dentro dos espaços fixados em lei para cada candidato, partido ou coligação, considerando a liberdade de informação jornalística e a vedação da censura;

(b)() mediante a realização de comícios é permitida em qualquer horário, salvo no dia das eleições, no qual pode ser distribuído material de propaganda política;

(c)() por meio de *outdoors* pode ser feita livremente mediante contratação com as empresa de publicidade;

GRUPO III

(d) () restringe-se, no rádio e na televisão, ao horário gratuito, definido na lei das eleições, vedada a veiculação de propaganda paga e facultada a realização de debates entre os candidatos, com observância das normas na mesma lei estabelecidas.

90. OS CRIMES ELEITORAIS:

(a) () como crimes comuns, e não políticos, são processados e julgados pela Justiça comum dos Estados e não pela Justiça Eleitoral, salvo se praticados por Deputados Federais, Senadores ou pelo Presidente da República, hipóteses em que a competência é do Tribunal Superior Eleitoral;

(b) () são de ação penal pública incondicionada, a cargo do Ministério Público Eleitoral, devendo as polícias judiciárias, os órgãos da receita federal, estadual e municipal, e os Tribunais e órgãos de contas auxiliarem na sua apuração, nos termos da lei, com prioridade sobre suas atribuições regulares;

(c) () serão processados e julgados nos termos do Código Eleitoral, não se lhes aplicando as normas gerais do Código Penal nem, como lei subsidiária ou supletiva, o Código de Processo Penal;

(d) () são processados e julgados pelo Tribunal Regional Federal respectivo, se cometidos por prefeito municipal.

*

91. NA HIPÓTESE DE NORMA PENAL EM BRANCO, REVOGADA OU ALTERADA A NORMA COMPLEMENTAR:

(a) () haverá retroatividade da norma mais benigna;

(b) () haverá a ultratividade da norma revogada;

(c) () as decisões transitadas em julgado não seriam afetadas;

(d) () apenas os processos em curso seriam afetados.

92. EMPREGADO DE UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS EXERCENDO A FUNÇÃO DE DIGITADOR NO NÚCLEO DE PASSAPORTES DA POLÍCIA FEDERAL:

(a) () não seria, para efeitos penais, considerado funcionário público;

(b) () seria considerado funcionário público para efeitos penais, apenas, se sujeito ativo de crime;

(c) () seria considerado funcionário público para efeitos penais, apenas, se sujeito passivo de crime;

(d) () para efeitos penais amplos, ou seja, sujeito ativo ou sujeito passivo de crime, seria considerado funcionário público.

93. ADOTA O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO QUANTO À RELAÇÃO DE CAUSALIDADE:

(a) () a teoria da relevância;

(b) () a teoria naturalista;

(c) () a teoria da causalidade adequada;

(d) () a teoria da equivalência das condições.

94. AS PESSOAS JURÍDICAS PODEM SOFRER SANÇÕES PENAIS:

(a) () diretamente, nas hipóteses de certos crimes ambientais;

(b) () em nenhuma hipótese;

(c) () em todos os crimes contra o meio ambiente;

(d) () somente através de seus representantes.

95. AO FIXAR A PENA, O JUIZ:

(a) () está limitado ao "quantum" mínimo e máximo da pena estabelecido pelo legislador;

(b) () não está limitado aos valores mínimos e máximos da lei;

(c) () pode fixar a pena-base abaixo do valor mínimo;

(d) () não precisa motivar cada etapa de sua decisão.

96. O DEPÓSITO DE CHEQUE DE TERCEIRO, RECEBIDO PELO AGENTE X COMO PRODUTO DE CONCUSSÃO, EM CONTA CORRENTE DE PESSOA JURÍDICA Y, À QUAL CONTAVA ELE COM ACESSO:

(a) () não pode ser considerado crime, por falta de previsão legal;

GRUPO III

(b) () seria crime de lavagem de dinheiro, cometido em concurso de agentes, por X e pelo responsável por Y;

(c) () somente seria crime de lavagem de dinheiro se a ocultação tivesse êxito;

(d) () somente seria crime de lavagem de dinheiro se vultosa a importância.

97. OS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS:

(a) () são crimes próprios;

(b) () sempre terão como sujeito passivo a União Federal;

(c) () são infrações penais de pequeno potencial ofensivo;

(d) () não admitem tentativa, nenhum deles.

98. TRÊS PESSOAS QUE SE CONHECEM EM EXCURSÃO TURÍSTICA À HOLANDA, SE COTIZAM E COMPRAM JUNTAS UM QUILOGRAMA DE HAXIXE, TRAZENDO-O PARA O BRASIL, PARA VENDÊ-LO NO RIO DE JANEIRO, PRETENDENDO, COM ISTO, REAVER OS GASTOS DA VIAGEM:

(a) () teriam cometido, na forma simples, os crimes de adquirir, importar, vender e expor à venda substância entorpecente, na forma continuada;

(b) () teriam cometido crime de tráfico de entorpecentes qualificado pelo concurso de agentes e pelo tráfico internacional;

(c) () teriam cometido crime de tráfico em concurso com o crime de associação para o tráfico;

(d) () teriam cometido o crime de tráfico internacional de entorpecentes em concurso com o crime de associação para o tráfico.

99. AGENTE QUE, À DISTÂNCIA, PARTICIPA DA IDEALIZAÇÃO DO CRIME, PROPICIA OS RECURSOS NECESSÁRIOS À AQUISIÇÃO DOS INSTRUMENTOS DO CRIME, MAS NÃO PARTICIPA DOS ATOS EXECUTÓRIOS:

(a) () é co-autor do crime;

(b) () é partícipe do crime, respondendo apenas pelos seus atos;

(c) () teve participação de menor importância;

(d) () não será punido, pois não se pune o ajuste, determinação ou instigação e auxílio ao crime.

100. SÓCIO GERENTE DE SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DEFERIU PARA SI PRÓPRIO VALORES A TÍTULO DE ADIANTAMENTOS. NO CASO TERIA OCORRIDO:

(a) () crime de estelionato;

(b) () crime de exercício arbitrário das próprias razões;

(c) () crime contra o sistema financeiro nacional;

(d) () crime contra as finanças públicas.

101. GRUPO DE GARIMPEIROS, IMPEDIDOS PELOS ÍNDIOS DE EXTRAIR MINÉRIOS EM SUA RESERVA, ENVENENARAM TODAS AS NASCENTES DE ÁGUA, COM O QUE TINHAM POR POTENTE VENENO MORTAL, PRETENDENDO MATAR TODA A PEQUENA TRIBO. POR EQUÍVOCO UTILIZARAM-SE DE MEDICAMENTO QUE APENAS ESTERILIZOU TODOS OS SILVÍCOLAS. TERIA HAVIDO:

(a) () crime de genocídio, na forma consumada;

(b) () crime de genocídio, na forma tentada;

(c) () crime culposo de lesões corporais graves;

(d) () crime de envenenamento de água potável, na forma tentada.

102. POLICIAIS FEDERAIS, AO PRENDEREM DUAS PESSOAS CONDUZINDO ARMAS DE FOGO DE GROSSO CALIBRE, AS AMEAÇARAM GRAVEMENTE DE MORTE, POR AFOGAMENTO, PARA ISSO COLOCANDO-AS COM A CABEÇA DENTRO DE TANQUE DE ÁGUA, PRETENDENDO DELAS CONFISSÃO ACERCA DA ORIGEM DO ARMAMENTO.

(a) () cometeram crime de tortura qualificada pela qualidade dos agentes, cuja pena, se de cinco anos de reclusão, seria cumprida inicialmente no regime semi-aberto;

(b) () cometeram crime de tortura qualificada pela qualidade dos agentes, cuja pena será cumprida integralmente no regime fechado;

(c) () cometeram crime de abuso de autoridade;

GRUPO III

(d) () cometeram crime de constrangimento ilegal.

103. FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL, MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SEU ÓRGÃO, CONHECEDOR DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DE CERTA EMPRESA, ADMITE QUE ELA, OCULTANDO TAL, PARTICIPE DE LICITAÇÃO PROMOVIDA, RECEBENDO EM TROCA VIAGEM DE FÉRIAS PELO NORDESTE DO PAÍS. OCORREU:

- (a) () crime previsto no art. 171 do CP;
- (b) () crime previsto no art. 316 do CP;
- (c) () crime previsto no art. 97 da lei 8.666/93;
- (d) () crime previsto no art. 2º da lei 10.300/01.

104. PRESA QUADRILHA, COMPOSTA DE SEIS MELIANTES, QUE TRANSPORTAVA GRANDE QUANTIDADE DE ARMAS E MUNIÇÕES DE USO PRIVATIVO DAS FORÇAS ARMADAS, TUDO DE FABRICAÇÃO ESTRANGEIRA, CABERIA:

- (a) () denúncia por crime de quadrilha em concurso com crime de contrabando;
- (b) () denúncia por crime de receptação em concurso com crime de quadrilha;
- (c) () denúncia por crime de porte de arma em concurso com crime de quadrilha;
- (d) () denúncia por crime contra a segurança nacional.

105. CERCA DE QUARENTA PESSOAS INTEGRANTES DO "MOVIMENTO DOS GUARDIÕES DA TERRA", OCUPAM POSTO DE VENDA DE SEMENTES EXPERIMENTAIS DE SOJA TRANSGÊNICA DA EMBRAPA, DESDE A MADRUGADA, APÓS CORTAR AS LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA E TELEFÔNICAS. IMPEDEM O ACESSO DE EMPREGADOS DO POSTO E APÓS DESTRUÍREM TODAS AS SEMENTES À VENDA, MANTÊM O POSTO INATIVO POR TODO O DIA E DE NOITE SE RETIRAM, APÓS SUBTRAÍREM OBJETOS DE VALOR QUE LÁ HAVIA.

- (a) () não houve crime algum, pois trata-se de manifestação popular legítima;
- (b) () houve crime de invasão de estabelecimento comercial;

(c) () houve crime de invasão de estabelecimento comercial em concurso com crime de dano e crime de furto;

(d) () houve crime de invasão de estabelecimento comercial em concurso com crime de furto.

*

106. ASSALTO À AGÊNCIA DA CEF FOI GRAVADO EM APARELHAGEM DE VÍDEO MANTIDO NO LOCAL (CÂMERAS DE SEGURANÇA) PELA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA.

- (a) () fitas de vídeo não são documentos;
- (b) () tal fita de vídeo pode ser usada como prova (documento);
- (c) () por ser documento de uso interno da CEF, apenas contra ela é que tal poderia ser usada;
- (d) () não sendo prova válida o reconhecimento de assaltantes feito nas imagens também não teria valia (prova ilícita por derivação).

107. O RECONHECIMENTO DE ACUSADOS FEITO ATRAVÉS DE ÁLBUNS DE FOTOGRAFIAS DE MARGINAIS ENCONTRADOS NAS DELEGACIAS POLICIAIS:

- (a) () é precário e não pode conduzir à condenação;
- (b) () somente é válido se obedeceu os requisitos do art. 226 do CPP;
- (c) () basta para servir de base exclusiva de decisão condenatória;
- (d) () é válido, desde que em consonância com os demais elementos do conjunto probatório.

108. CABERÃO EMBARGOS DIVERGENTES E DE NULIDADE:

- (a) () da decisão não unânime de segunda instância que pronuncia o réu;
- (b) () da decisão do juiz singular que condena o réu;
- (c) () de qualquer acórdão que julgue apelação criminal;
- (d) () da decisão do juízo "ad quem" que absolva o réu, desde que por maioria.

GRUPO III

109. O INQUÉRITO POLICIAL, A CARGO DA POLÍCIA FEDERAL:

- (a) () sempre acompanhará a denúncia ou a queixa;
- (b) () deve dar-se através do contraditório;
- (c) () não tem prazo para seu término quando solto o réu;
- (d) () deve ser concluído no prazo de 15 dias prorrogáveis por igual prazo se preso o indiciado.

110. A GRAVAÇÃO DE UMA CONVERSA TELEFÔNICA FEITA POR UM DOS INTERLOCUTORES:

- (a) () é ilícita;
- (b) () é lícita;
- (c) () somente pode ser feita com o conhecimento do outro interlocutor;
- (d) () somente pode ser usada pelo interlocutor contra terceiros.

111. O SIGILO BANCÁRIO:

- (a) () pode ser quebrado pela autoridade policial, judiciária, e pelo representante do Ministério Público, além das Comissões Parlamentares de Inquérito;
- (b) () ao ser quebrado, somente pode ser utilizado na ação ou inquérito que o justificou;
- (c) () não pode ser alegado contra a Administração Pública;
- (d) () depois de quebrado perde seu caráter sigiloso.

112. AO ACUSADO SEM DEFENSOR CONSTITUÍDO:

- (a) () será, sempre, dado defensor público;
- (b) () será, sempre, dado defensor dativo;
- (c) () é facultado, a qualquer momento, constituir um, afastando-se, desde então, aquele que esteja promovendo a defesa;
- (d) () será dado, defensor público ou defensor dativo, indistintamente.

113. A PRISÃO, EM FLAGRANTE DELITO, DE UMA PESSOA, PELA POLÍCIA FEDERAL SERÁ SEMPRE COMUNICADA:

- (a) () somente ao Juiz Federal;
- (b) () ao Juiz Federal e ao Procurador da República;
- (c) () ao Juiz de Direito e ao Promotor de Justiça local;
- (d) () à Justiça e ao Ministério Público.

114. A LIBERDADE PROVISÓRIA:

- (a) () somente pode ser concedida ao réu preso em flagrante delito;
- (b) () pode ser concedida ao réu condenado por sentença penal condenatória recorrível;
- (c) () pode ser concedida ao réu estrangeiro em condição irregular no País;
- (d) () somente pode-se dar com o pagamento de fiança.

115. AS PROVAS ILÍCITAS:

- (a) () podem ser consideradas desde que consentâneas com o conjunto probatório;
- (b) () devem ser desentranhadas do processo;
- (c) () podem dar azo à provas derivadas, sem contaminá-las;
- (d) () não existem no direito processual penal brasileiro, que não admite restrição aos meios probatórios.

116. AÇÃO PENAL SEGUINDO O PROCEDIMENTO COMUM OU ORDINÁRIO:

- (a) () deve encerrar-se em 81 dias;
- (b) () não pode ter os prazos fixados na lei desobedecidos em nenhuma hipótese;
- (c) () deve ter sua instrução encerrada em 81 dias;
- (d) () pelo princípio da razoabilidade pode demorar além dos prazos legais.

117. O SEQÜESTRO DE BENS IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELO INDICIADO COM OS PROVENTOS DA INFRAÇÃO:

GRUPO III

- (a) pode dar-se a qualquer tempo;
- (b) pode dar-se até o trânsito em julgado da condenação;
- (c) somente pode ser requerido pelo Ministério Público;
- (d) exige, para sua decretação, prova da autoria do crime.

118. NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS FEDERAIS, A TRANSAÇÃO:

- (a) pode ser aplicada, apenas, nas ações penais públicas;
- (b) - não pode ser aplicada, também, nas ações penais privadas;
- (c) pode ser concedida pelo juiz, mesmo na ausência de proposta ministerial;
- (d) aplica-se a qualquer crime que tenha pena máxima igual ou inferior a 2 anos de prisão.

119. QUANTO ÀS NULIDADES PROCESSUAIS:

- (a) todas são absolutas;
- (b) todas podem ser argüidas a qualquer tempo;
- (c) se decretadas ocasionam a nulidade dos atos subseqüentes;
- (d) só se dão na primeira instância.

120. O PRAZO PARA A CONCLUSÃO DE INQUÉRITO POLICIAL NOS CRIMES DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES, QUANDO PRESO O INDICIADO, SERÁ:

- (a) cinco dias;
- (b) dez dias;
- (c) quinze dias;
- (d) quinze dias prorrogáveis por igual período.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Secretaria do Concurso

19º CPR

Brasília, abril de 2002